



O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Moral harassment against students in a public institution: the case of the Federal University of Pelotas (UFPel)

 **Lorena Almeida Gill**

Doutorado em História

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Pelotas, RS, Brasil

lorenaalmeidagill@gmail.com

 **Dulcinéia Esteves Santos**

Graduanda em Medicina Veterinária

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Pelotas, RS, Brasil

santosedumedvet@gmail.com

Resumo: Desde o ano de 2019 o Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância (PET-DT) da UFPel desenvolve um estudo sobre o assédio moral e sexual no espaço acadêmico. O objetivo da pesquisa é verificar se discentes, docentes, egressos, técnicos-administrativos e trabalhadores públicos vivenciaram situações de assédio moral e/ou sexual dentro da instituição, pensando em quais transtornos físicos e mentais que tal violência teria provocado nas vítimas. As respostas foram construídas em um formulário Google, que foi divulgado nas redes sociais do PET-DT. Até o momento, 576 pessoas responderam ao questionário de forma anônima, sendo a grande maioria mulheres (74,3%). Para este artigo, serão enfocadas apenas situações de assédio moral, que é a mais comum, conforme apontam as respostas, analisadas no texto.

Palavras chave: assédio moral; violência de gênero; UFPel.

Abstract: Since 2019, UFPel's "Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância" (PET-DT) has developed a study on moral and sexual harassment in the academic space. The objective of the research is to verify whether students, teachers, graduates, administrative technicians and public workers experienced situations of moral and/or sexual harassment within the institution, thinking about what physical and mental disorders such violence would have caused in the victims. The answers were built in a Google form, which was published on the social networks of PET-DT. To date, 576 people have answered the questionnaire anonymously, the vast majority being women (74.3%). For this article, only situations of moral harassment will be focused, which is the most common, as pointed out in the answers, which will be analyzed in the text.

Keywords: moral harassment; gender violence; UFPel.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

GILL, Lorena Almeida; SANTOS, Dulcinéia Esteves. O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). *Dialogia*, São Paulo, n. 45, p. 1-13, e23351, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.23351>

American Psychological Association (APA)

Gill, L. A., & Santos, D. E. (2023, maio/ago.). O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). *Dialogia*, São Paulo, 45, p. 1-13, e23351. <https://doi.org/10.5585/45.2023.23351>

1 Introdução

Recentemente na imprensa, foram publicadas duas notícias que deixaram as comunidades acadêmicas e a sociedade em geral perplexas. No dia 7 de julho de 2022, o aluno de graduação da Faculdade Baiana de Direito, Guilherme Santos Andrade, de 24 anos, cometeu suicídio durante a defesa on-line de seu trabalho de conclusão de curso (TCC) logo após receber uma avaliação negativa de uma professora da banca, que teria feito duras críticas ao texto. Segundo as notícias publicizadas¹, ele teria sido humilhado pela profissional e, antes mesmo de aguardar o último arguidor, se jogou do prédio de onde morava.

Já a segunda notícia² se vincula ao assédio sexual. Conforme o relato de várias alunas do campus Bauru, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), um professor da área das humanidades teria enviado mensagens a elas com forte apelo sexual. Ainda, o docente teve atitudes não condizentes com a função que exercia, ao tocar o corpo das discentes ou oferecer bolsas em troca de favorecimento sexual.

O fato é que, caso se analise a imprensa diária, as situações de assédio em Universidades, tanto moral quanto sexual, principalmente contra mulheres, são várias. Na maior parte dos casos, no entanto, pouco é feito contra o assediador que, após sofrer um processo administrativo disciplinar (PAD)³ vagaroso, consegue se manter no cargo, construindo outras histórias de violações no decorrer dos anos.

Para Wânia Pasinato⁴ (2017, p. 1):

Reconhecida como espaço de excelência na produção de conhecimento, de formação profissional e promoção do progresso econômico, político, cultural e social do País, a imagem e vocação das universidades não combinam com a reprodução da discriminação e desigualdade de gênero e por isso essa situação foi negada e mantida na invisibilidade por tanto tempo.

Em uma sociedade patriarcal como a que se vive é comum, especialmente, a violência de gênero em vários âmbitos. Segundo Lana Lima e Suellen Souza (2019, p. 582), o discurso ligado ao patriarcado “[...] tem permitido aos homens várias prerrogativas de mando e controle, incluindo a violência física como forma de punição doméstica e privada contra as mulheres”. Embora a

¹ Ver, por exemplo: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/07/morte-de-jovem-durante-apresentacao-de-tcc-provoca-revolta-de-colegas-justica-por-guilherme.html>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

² <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/cartazes-espalhados-em-campus-da-unesp-de-bauru-denunciam-assedio-de-professor.shtml>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

³ O Processo Administrativo Disciplinar é um instrumento utilizado para verificar se o servidor praticou alguma infração no exercício de seu cargo. Seu uso está previsto na Lei 8.112/1990, que regulamenta Regime Jurídico dos Servidores da Administração Federal. Para saber mais, ver: <http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/sindicancia-processo-administrativo-disciplinar-lei.htm>. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

⁴ Como o artigo se refere, especialmente, à violência de gênero, optou-se por colocar o primeiro nome das autoras, já que são as mulheres que mais sofrem e, também, as que mais pensam sobre o assunto.

Universidade pretenda ser um espaço democrático, plural e tolerante, ela, na maior parte das vezes, reproduz práticas observadas na sociedade como um todo.

Por violência de gênero se segue a definição de Carme Alemany (2009, p. 271):

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade.

Foi pensando nessa realidade que o Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância (PET-DT) da UFPel elaborou um estudo, ainda no ano de 2019, sobre situações de assédio moral e sexual dentro da Universidade. Chamava a atenção algumas publicações nas redes sociais, principalmente de alunas, que alertavam sobre posturas autoritárias de professores homens em sala de aula. Um dos grupos mais potentes nessa denúncia era, à época, o Nosotras⁵, um coletivo feminista atuante na centenária Faculdade de Direito.

É preciso que se diga que no ano de 2017, fruto do movimento feminista, se propagou, de modo virtual, o movimento que ficou conhecido como “Me Too”⁶, criado em uma perspectiva de encorajar mulheres a denunciar casos de assédio sexual no mundo todo e que trouxe uma maior visibilidade ao tema fazendo com que muitas dissessem que também tinham sofrido agressões de cunho sexual ao longo de suas vidas.

Um estudo realizado para um trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, na Universidade de Brasília (UnB), analisou a participação das brasileiras no “Me Too”, a partir de postagens na rede social do Twitter. A autora, Isabella Veloso, chegou à conclusão de que o ciberativismo tem se mostrado eficaz na denúncia de assédios e outras violências, já que cria vínculos entre os afetados, que passam a não se sentirem mais sós e fragilizados para efetuar as acusações.

Julia Costa (2019, p. 1312) também discute o vínculo entre feminismo e redes sociais e assim o diz:

Uma das manifestações deste feminismo, enquanto movimento social heterogêneo, é o próprio ciberfeminismo, determinado pela ocupação das mulheres dos espaços sociais, doravante redesenhados pelo espaço da web. Os ideais feministas, mantidos em sua essência, procuram, portanto, ser preservados no espaço virtual, no qual cada vez mais as mulheres têm não só se manifestado de modo passivo – utilizando as ferramentas já disponíveis –, mas de modo ativo (atuando cada vez mais na área de tecnologia e informática).

⁵ O “Coletivo Feminista Nosotras” surgiu na Faculdade de Direito, no ano de 2015, a partir de situações de assédio vivenciadas naquele espaço acadêmico. Segundo consta em suas redes sociais, o grupo ganhou reconhecimento quando expôs, no interior do prédio, frases machistas repetidas por docentes e discentes da instituição. Para saber mais, ver: <https://www.facebook.com/nosotrasufpel>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

⁶ A expressão pode ser traduzida como “eu também”. O movimento encoraja pessoas, especialmente mulheres, a relatarem casos de assédio sexual e agressão sexual vivenciados por elas, em forma de *hashtags* nas redes sociais.

Tendo em vista esse contexto, uma das bolsistas do PET-DT que estudava no Centro das Engenharias percebeu que o assédio era ainda mais presente naquele lugar. Nas engenharias, segundo o discurso de alguns professores, era necessário força e raciocínio lógico, o que as mulheres não tinham, por isso o melhor seria que elas abandonassem a graduação logo no seu início.

Ainda que o número de mulheres venha aumentando nos cursos universitários como um todo⁷, incluindo as Engenharias, em termos de emprego essa área continua sendo um “[...] espaço profissional eminentemente masculino no Brasil” (LOMBARDI, 2006, p. 178). A mesma autora defende que o padrão brasileiro segue em muitos países ocidentais e compara a situação no México, Canadá e França.

De todo o modo, embora sejam vários os casos de assédio em Universidades denunciados, especialmente pela imprensa e redes sociais, não há muitos trabalhos publicados que abordem a temática nos espaços acadêmicos. Foram encontrados alguns artigos que procuram discutir realidades presentes em ambientes acadêmicos específicos. Maria Rodrigues e Maria Freitas (2014) pesquisaram instituições privadas e perceberam que o assédio era motivado tanto por questões pessoais quanto organizacionais. Ana Flávia D’Oliveira (2019) apresentou um estudo intitulado “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual”, no qual analisou a realidade da Universidade de São Paulo (USP) enfatizando o fato de que “39% dos respondentes afirmaram ter vivido ou que ainda vivem alguma situação em que se sentiram desrespeitada(o)s, humilhada(o)s, discriminada(o)s e/ou intimidada(o)” (p. 2). Já Luciene Gomes e Maria Elizabeth Lima (2019) observaram o assédio moral em uma Universidade de Minas Gerais, tendo em vista a perspectiva de servidores.

Antes de iniciar a análise é preciso que se diga que situações de assédio e violência existem há muito tempo sendo marcadas por relações de poder. O conceito é pensado a partir de Foucault (1999, p. 58), para quem:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.

As questões culturais são fundamentais de serem pensadas, porque, para o mesmo autor (1999), o poder atravessa o corpo dos indivíduos, impactando no que sentem e como se comportam em sociedade, mas não se pode desprezar o fato de que a opressão às mulheres se

⁷ Segundo o Censo do Ensino Superior de 2010, as mulheres representam 57% das matrículas em Universidades no Brasil. <https://www.une.org.br/2013/01/mulheres-sao-a-maioria-nas-universidades/>. Acesso em: 15/11/2022.

intensifica em momentos de crise do capital e note-se que a crise é a marca do capitalismo, o qual se retroalimenta nos momentos de instabilidade. Para Sílvia Federici (2017), portanto, o fim do sexismo passa pela luta contra o capitalismo.

O projeto de desigualdade social desse modo de produção impacta ainda mais a vida das mulheres, seja no seu cotidiano, pelo trabalho não pago; nos ambientes de ensino, em que se reproduzem práticas sociais, que buscam demarcar diferenças; nos espaços laborais, nos quais as mulheres costumam ganhar menos que os homens para as mesmas funções e possuem maior dificuldade para exercerem cargos de chefia; nas esferas decisórias, como aquelas vinculadas ao legislativo, que possuem o encargo de alterar normas discriminatórias e têm tão poucas representantes mulheres. Essa falta de espaço leva a um círculo vicioso em que a ausência de mulheres impede o aumento de sua presença.

2 A situação na UFPel

Para conhecer a realidade da UFPel⁸ no tocante ao tema, foi feito um questionário, a partir do *Google Forms*, no qual foram inseridas quatorze questões que procuravam abarcar o assédio moral e sexual na UFPel sofrido por alunos, professores, técnicos-administrativos, terceirizados, egressos e empregados públicos. Estes últimos, em especial, estão vinculados apenas ao Hospital Escola.

As questões foram preenchidas por 576 pessoas e a maior parte dos respondentes foi de estudantes de graduação, representando 61 %, na sua maioria de cor/raça branca e formada por mulheres, 74,3 %. Todas as respostas foram obtidas de forma anônima e, mesmo quando foram feitas referências a pessoas, nas narrativas construídas, estas não serão explicitadas pelo estudo.

Por assédio moral, o trabalho seguiu a definição de Marie-France Hirigoyen (2001, p. 65), que diz que é: “toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa [...]”.

Para Thiago Nunes, Suzana Tolfo e Letícia Nunes (2013, p. 29), para ser assédio é necessário ter “intencionalidade, direcionalidade, frequência e duração”. Não será assédio, portanto, se acontecer de forma esporádica, o que equivaleria a uma importunação, representada por um ato que causa aborrecimento.

É preciso se ter claro que há vários tipos de assédio moral. O vertical, por exemplo, é baseado em uma relação hierárquica e se divide em descendente, marcado pela autoridade e sendo bastante comum na relação entre professor-aluno, seja a partir de críticas repetidas, alijamento de

⁸ Para saber mais sobre a UFPel, ver: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario (2007).

atividades especiais, preconceito de lugar, discriminação racial, social, religiosa e desqualificação profissional. E há o ascendente, que ocorre quando o assediador é o aluno e o assediado o professor ou o técnico-administrativo. É comum se ouvir, por exemplo: “você é meu empregado”; “eu pago seu salário com impostos que arrecado”; “você é preguiçoso e deveria trabalhar mais”. Por fim, há o assédio horizontal, o qual envolve colegas, sendo corriqueiro em ambientes educacionais ou de trabalho.

No que diz respeito ao assédio sexual, há uma explicitação clara sobre o que é na Lei 10.224 de 15 de maio de 2001, que introduziu no Código Penal a tipificação presente no artigo 216-A: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”(BRASIL, 2001). A pena prevista é de um a dois anos de reclusão.

Neste artigo, a pretensão é a de explorar apenas situações de assédio moral, especialmente relacionadas às mulheres, uma vez que são mais comuns dentro da UFPeI.

3 O assédio moral na Universidade

O assédio moral, conforme já dito, é marcado pela repetição de atos e causa danos tanto à integridade biológica quanto à psíquica. Como as práticas costumam ser sutis e, muitas vezes, fazem parte do cotidiano de uma relação social autoritária, não causam estranheza a algumas pessoas que pensam que essa é a forma de relacionamento possível, especialmente em uma sociedade machista, como a que se tem.

Diante desse quadro, Dulcinéia Santos (2022) aborda que a dominação machista faz com que a sociedade classifique as mulheres como sujeitos sociais subalternos, condição cultural enfatizada pela masculinidade tóxica que teima em construir categorizações. Com isso, seguem sofrendo violência de gênero, dentre outras violências, como o assédio, tratado neste artigo.

Retomando o estudo, dentre os respondentes, 64,4% admitiram ser recorrente casos de assédio moral na UFPeI, especialmente o descendente, sendo o mais comum a situação de desqualificação intelectual do docente em relação ao discente, já que 44,1% daqueles que completaram o formulário admitiram ter vivido ou presenciado tal prática, principalmente em sala de aula. Em estudo realizado por Mailane Ribeiro (2020, p. 85), o qual investigou o assédio moral na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aproximadamente 64,9% dos respondentes afirmaram ter ouvido falar de práticas de assédio moral ou foram vítimas na referida instituição. Há, portanto, números muito próximos para as duas instituições.

Uma das narrativas assim comenta sobre a experiência do assédio moral descendente: “Um professor dizendo que a aluna devia sair do curso, pois estava no lugar errado, que não tinha

capacidade para passar na cadeira dele” (respondente 1). Ou ainda: “Fui constrangida várias vezes pelo coordenador do meu curso, minha nota que era baixa, foi colocada no grupo da turma para que os outros alunos pudessem ver, e devido a essa exposição, acabei desistindo do curso” (respondente 2). Ou como consta na seguinte fala: “Fui assediada moralmente pelo professor [...] durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Cursei três semestres e desisti da UFPel, devido a essa perseguição do professor” (respondente 3).

Mas há outros casos relatados que se referem tanto ao assédio moral vertical descendente quanto ao horizontal como: desqualificação intelectual por colegas (42%). Como exemplo, há as seguintes narrativas: “Colegas de turma chamando de idiota. Professor falando que por eu ser menina, cálculo é mais difícil mesmo” (respondente 4); críticas pejorativas de docentes e de colegas (38,9%); “colega afirmando que apenas não concordei com sua perspectiva porque devia estar de tensão pré-menstrual (TPM)” (respondente 5). Consta também a inferiorização devido ao gênero (29,3%), conforme mostram duas narrativas que apontam o assédio vividos por mulheres: “Professor com piadas e gestos inconvenientes, professor falando que eu deveria estar em casa cuidando da minha filha e não na sala de aula” (respondente 6) e “Professor interrompe constantemente as mulheres durante suas apresentações de seminário, prejudicando suas linhas de pensamento, e toda sua apresentação em si, ignorando suas falas e reexplicando o que já foi dito” (respondente 7). Na sequência, uma respondente aponta vários tipos de assédio sofrido pela turma: “Professor da Medicina dizendo em aula que as mulheres são menos inteligentes porque têm filhos; que as loiras são burras e assemelha isso a uma inflamação do cérebro; chama negros de mulatos dizendo que eles são burros, pois um ex-paciente não quis se internar e logo após teve uma parada cardíaca em casa. Diz que o curso de Psicologia é para vagabundos e burros que ele não entende por que tem que dar aula para gente. (Ele sempre repete essas histórias ano após ano e ninguém faz nada.)” (respondente 8). Em relação às críticas à vida privada (26,9%), pode-se ter essa narrativa como exemplo: “Me acusaram de ações imorais falsamente para acabar com o meu relacionamento. Espalharam outras mentiras sobre mim pelo curso, fazendo com que a maioria dos colegas se distanciassem por completo, deixaram de me cumprimentar pelos corredores, me excluíram de grupos e eventos [...]” (respondente 9). Sobre agressão verbal, gestos de desprezo ou mudança no tom de voz (15,1%), tais situações estão presentes na seguinte resposta: “Eu já tive professor gritando no corredor que por onde eu passo: fede a bosta e fralda suja, porque fui mãe há 5 anos atrás e levei meu filho pra aula muitas vezes” (respondente 10).

A UFPel, como outras Universidades, possui um programa próprio de auxílio às alunas-mãe. Trata-se de uma bolsa pré-escolar, conforme descrito no seu artigo 1º: “O Programa Auxílio Pré-Escolar tem por objetivo garantir a permanência dos(as) estudantes de graduação, em situação

de vulnerabilidade socioeconômica, através de custeio de parte de suas despesas relativas à educação e cuidados com dependentes legais, na faixa etária de 0 a 6 anos incompletos (5 anos, 11 meses e 29 dias)”⁹. O fato é que, algumas vezes, as alunas demoram um tempo até que possam acessar o programa, fazendo com que tenham de levar seus filhos à Universidade já que não têm com quem deixá-los.

No que diz respeito ao preconceito de lugar (12,5%), um discente assim disse: “Comentários xenofóbicos em sala de aula proferidos por um professor” (respondente 11). No seguinte trecho respondido por aluna, também participante da pesquisa, está presente, ao mesmo tempo, o assédio moral descendente, moral horizontal e moral ascendente: “[...] Professores e alunos fazendo brincadeiras preconceituosas de gordofobia; alunos rindo, fazendo piadas da vida pessoal de professores, e tirando fotos de professores e espalhando para amigos sem autorização” (narrativa 12).

Cabe registrar que na formação do tecido social brasileiro a humilhação a alguns grupos e pessoas, em especial mulheres, negros, pessoas com deficiência, sempre esteve presente, conforme expõe Heloani (2005, p. 103):

Sem querermos radicalizar ou extrapolar, considerando a atual sociedade brasileira nos moldes da escravocrata, pensamos que a humilhação no trabalho, ou o assédio moral, sempre existiu, historicamente falando, nas mais diferentes formas. Humilhação está embasada no próprio sistema macroeconômico, que, em seu processo disciplinar, favorece o aparecimento dessa forma de violência, em que o superior hierárquico detém um certo poder sobre seu subordinado.

Ao se observar as reflexões do autor, nas próximas narrativas, nota-se a maneira que, infelizmente, discentes acabam por naturalizar as práticas de assédio moral. Segundo Miskolci, a partir de uma leitura foucaultiana, “[...] o poder opera por meio da adesão dos próprios sujeitos às normas sociais” (2009, p. 325), o que pode ser materializado em ocorrências como: “A todo o momento os alunos são assediados na Veterinária, mas os alunos não entendem completamente que se trata de assédio e, em geral, têm medo de represálias, pois os professores podem reprovar quem eles querem, injustificadamente (narrativa 13).

Já há casos em que, pela compreensão ocorrer, gera uma angústia maior: “Já presenciei diversas vezes alunos de pós-graduação passarem por situações humilhantes ou constrangedoras promovidas por seus orientadores. Os alunos, nessas condições, sofrem muito, ficam em estado de permanente *stress*, isso quando não desenvolvem algum problema psicológico (narrativa 14) e, ainda: “Fui insultado e ameaçado fisicamente” (narrativa 15).

⁹ <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2022/02/Resolucao-24.2021-COCEPE.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

Embora o preconceito de lugar apareça com um percentual relativamente baixo se comparado aos demais, esse tipo de assédio cresceu muito logo após a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007 e, também, do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em 2010. Com o REUNI, a UFPel passou de 58 cursos de graduação para 96 e dobrou o número de alunos, ou seja, tinha 8 mil no início do processo e chegou a 16 mil ao final, passando de uma universidade regional para um espaço que recebe alunos de todas as partes do Brasil.

Paralelo a isso, há três narrativas presentes nos formulários, também neste segmento de preconceitos e de racismo: “Creio que os momentos são aqueles mais sutis do dia a dia, em que surgem comentários/brincadeiras, especialmente por pessoas do mesmo ambiente, com ar xenofóbico, que apenas são engraçadas para quem as profere” (narrativa 16). Ainda, “Na minha presença, professora começou a fazer piadas sobre o meu estado e criticar pessoas de lá. Antes, perguntou se algum aluno era daquele estado” (narrativa 17). Pode-se citar também uma fala potente que assim diz: “A professora ministrou a cadeira de [...], e era insuportável aguentar as aulas dela, pois se desfazia de alguns alunos e nunca disponibilizava os *slides* via e-mail. E tínhamos que imprimir no campus. Teve pessoas que não tinham condições financeiras e mesmo assim foi grosseira e nos assediou verbalmente, com ameaças” (narrativa 18). Por fim, pode-se citar a seguinte narrativa que demonstra um racismo bastante presente também na Universidade: “A professora sabotava minhas notas e a de meus colegas porque somos negros” (narrativa 19).

Ocorre que, antes, a UFPel recebia alunos de fora, mas eram em números bem inferiores aos registrados pós REUNI e SiSU. Com os dois programas, novos alunos e alunas começaram a fazer parte do cotidiano da Universidade e, com isso, se intensificaram situações de preconceito de lugar, relacionados à xenofobia. Conforme Albuquerque Júnior (2016, p. 9):

A palavra xenofobia vem do grego, da articulação das palavras *xénos* [...] (estranho, estrangeiro) e *phobos* [...] (medo), significando, portanto, o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura e que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar.

Um desses casos de xenofobia levou, inclusive, a uma ação na Justiça. Conforme notícia publicada no portal da Justiça Federal (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), uma aluna da UFPel, que era de fora da cidade e cursava Agronomia, foi chamada por um professor de “chata, baixinha, pobre e feia”, na frente de outros sessenta colegas. Tal fato se deu depois do professor solicitar que a aluna mudasse de lugar para realizar uma avaliação, ao que ela teria se recusado, já que foi a única que deveria se sentar em local diverso do pretendido. Alguns alunos foram solidários

à colega e outros riram da fala do professor, mas novas situações constrangedoras continuaram acontecendo durante o semestre, o que fez com que a discente trancasse o curso e buscasse ajuda. Como se sentiu pouco acolhida, procurou o judiciário, lugar em que o caso foi negado em primeira instância. Contudo, após o recurso da reclamante, a demanda foi considerada válida. Ainda que o professor afirmasse que era apenas uma brincadeira a sua fala, o denunciado a humilhou diante de uma plateia numerosa, causando embaraço e sofrimento.

4 Considerações finais

O assédio moral está presente na sociedade, a partir de instituições como recintos laborais, Universidades e escolas. Durante muito tempo, no entanto, as situações de perseguição pareciam não vir à tona nos espaços acadêmicos, talvez por se pensar que casos como esse estariam fora do lugar, ou seja, a Universidade deveria ser um ambiente democrático, plural e não um local de dominação e autoritarismo de qualquer espécie.

A novidade que se percebe no momento é o número de denúncias que parece ter aumentado consideravelmente, talvez pela facilidade de compartilhar algumas das histórias pelas redes sociais, encorajando que outras pessoas também se manifestem. Segundo Julia Costa (2019, p. 1308): “[...] o ciberespaço determina uma nova relação com o tempo e com o espaço, além da própria reformulação da interação intersubjetiva. O sujeito, já antes concebido como heterogêneo, extrapola na internet sua constituição plural e dialógica, ao mesmo tempo em que sua busca de pertencimento à determinada comunidade se torna mais incessante”.

Situações de humilhações repetidas, principalmente contra mulheres, acontecem desde tempos remotos, gerando ansiedade, medo, sofrimento e depressão. Mas, atualmente, é como se as mulheres não quisessem mais se calar, já que contextos persecutórios levam, dentre várias outras questões, ao abandono do sonho de uma graduação, conforme se percebe em algumas narrativas presentes nas respostas obtidas durante o estudo.

No caso da UFPel, através do formulário compartilhado pelo PET-DT, a maior incidência de situações de assédio moral se vinculou às mulheres. Dentre os tipos narrados estão inclusos, em maior número, a desqualificação intelectual por parte de professores e/ou colegas; a inferiorização devido ao gênero, a discriminação racial, o preconceito de lugar e a gordofobia.

Embora as denúncias sejam várias e, algumas vezes, repetidas, são poucas as Universidades que têm pensado sobre o assunto. É como se, ao instituírem as ditas ouvidorias, esse órgão pudesse resolver situações que, por serem comuns, parecem permissíveis. Ainda, nota-se poucos debates vinculados à temática. Sobre o estudo aqui explicitado, por exemplo, embora tenha sido bastante

divulgado, só foi discutido em um evento a convite da Associação dos Servidores Técnico-administrativos da UFPEL.

Há, no entanto, bons meios de encarar a situação como os propostos pela Universidade de São Paulo (USP) que possui Núcleos de Ética e Direitos Humanos, os quais elaboram, por exemplo, cartilhas que explicam desde o que é consentimento até o que fazer em situações de ocorrência de violações. Existem, ainda, grupos destinados exclusivamente ao acolhimento e escuta de estudantes, além de outros órgãos que precisam ter um papel importante na percepção do acontecido e em uma possível punição.

É fundamental que as pessoas assediadas denunciem o fato não só em canais dentro da própria Universidade, mas também em outros espaços fora dela, como os da Justiça, por exemplo. O sentimento de impunidade é o que faz com que muitas pessoas, especialmente mulheres, sofram sozinhas por não acreditarem que uma mudança na situação encontrada possa acontecer.

É necessária também a construção de políticas de prevenção, que podem ser concretizadas a partir de palestras, da elaboração de informativos, da organização de grupos de estudantes, da criação de novas normas, nos espaços acadêmicos, as quais não sejam mais condescendentes com os violadores.

Referências

- ALEMANY, C. Violências. In: HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ, H. e SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 4 de ago. de 2022.
- BRASIL. Lei 10.224, de 15 de maio de 2001. *Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências*. Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 216-A. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm. Acesso em 2 de dezembro de 2020.
- COSTA, J. A mobilização da memória discursiva no movimento ciberfeminista: análise da hashtag #metoo. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 48, n. 3, p. 1307-1328, dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.21165/el.v48i3.2223>. Acesso em 23 de novembro de 2022.
- D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na Universidade: reconhecer para mudar. *Debates. Interface*, 23, 2019, p. 1-5.
<https://doi.org/10.1590/Interface.190650> Acesso em 20 de julho de 2022.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GOMES, L; LIMA, M. O assédio moral no contexto universitário: o caso de uma IFES em Minas Gerais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2019, vol. 22, n. 1, p. 1-14. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p1-14>. Acesso em 4 de ago. de 2022.

HELOANI, R. Assédio moral: a dignidade violada. *Aletheia* [en línea], Canoas, n. 22, p. 101- 108, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013470010>. Acesso em: 4 de ago. de 2022.

HIRIGOYEN, M. *Assédio moral: a violência perversa do cotidiano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LIMA, L; SOUZA, S. Patriarcado. In: COLLING, A.; TEDESCHI, L. (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1097>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

LOMBARDI, M. Engenheiras Brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. *Cadernos de Pesquisa*, volume 36, janeiro-abril de 2006, p. 173-202. <https://www.scielo.br/j/cp/a/YC58w98m3kPZnzFCGDhXzWj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

LONER, B; GILL, L; MAGALHÃES, M. (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%0c3%0a1rio%20de%20Hist%0c3%0b3ria%20de%20Pelotas.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

MISKOLCI, R. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. *Xenofobia*. Medo e Rejeição ao Estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

NUNES, T; TOLFO, S; NUNES, L. Assédio Moral em Universidade: a violência identificada por servidores docentes e técnico-administrativos. *Organizações em contexto*, São Bernardo do Campo, Vol. 9, n. 18, jul.-dez. 2013. <https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n18p25-61> Acesso em: 28 de jul. de 2022.

PASINATO, W. Violência de Gênero na Universidade – o desafio da USP. *Jornal da USP*, set. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/violencia-de-genero-na-universidade-o-desafio-da-usp/>. Acesso em: 03 de ago. de 2022.

RIBEIRO, M. Precisamos falar de Assédio Moral: Uma Análise sobre as Práticas e Estratégias de Enfrentamento da EAUFBFA. *Revista Formadores*, v. 13, n. 2, p. 85, 10 jun. 2020. <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/1398>. Acesso em 13 de jul. de 2022.

RODRIGUES, M; FREITAS, M. Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. *Cad. EBAPE*. BR 12 (2), junho, 2014, p. 284-301. <https://doi.org/10.1590/1679-39518275> Acesso em 15 de jul. de 2022.

SANTOS, D. E. Assédio moral e sexual na universidade: os desafios enfrentados pelas mulheres. *In: Schulz, Rosângela et al. Fronteiras feministas na pandemia: diálogo Brasil – Uruguai /2021*. Porto Alegre: Polifonia, 2022. p. 136-144.

https://www.researchgate.net/publication/358872720_Colecao_Estudos_Feministas.

Acesso em: 18 de nov. de 2022.

VELOSO, I. Feminismo Digital: análise do movimento #MeToo no Brasil. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Brasília, 2019.

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28296/1/2019_IsabellaCoelhoVeloso_tcc.pdf. Acesso

em: 14 de nov. de 2022.